

# Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social e Crescimento Econômico no Rio Grande do Sul

Pedro Silveira Bandeira\*

Para os estudiosos das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, a leitura do livro (já clássico) de Robert Putnam sobre as regiões italianas – “*Comunidade e Democracia, a Experiência da Itália Moderna*”<sup>2</sup> - parece falar de realidades muito familiares. Não há como escapar à impressão de que existe um paralelo entre a realidade do nosso estado e o caso estudado pelo professor de Harvard. A “Metade Sul” seria o equivalente pampeano do *mezzogiorno*, enquanto o norte gaúcho, com sua herança colonial, assemelhar-se-ia ao centro-norte da Itália, com seu maior dinamismo econômico e social. Será essa apenas uma impressão, ou a similaridade pode ser comprovada com base em dados que atestem a existência, aqui, de diferenças análogas às encontradas por Putnam na Itália?

Um dos objetivos deste texto é buscar uma resposta adequada para essa indagação, contribuindo para a discussão sobre as diferenças entre as regiões do Rio Grande do Sul no que se refere à dotação de capital social, conceito que ocupa posição central na análise de Putnam. Esse tema já foi objeto de um artigo anterior<sup>3</sup>, cujo foco principal foi a formulação de hipóteses sobre as causas das diferenças observadas. Neste texto, pretende-se explorar com maior profundidade e detalhamento os dados disponíveis sobre o tema. A primeira seção contém uma breve revisão da literatura sobre mensuração do capital social. Segue-se a exposição dos procedimentos adotados em uma pesquisa de campo realizada em 2001, patrocinada pela Assembleia Legislativa do Estado, que se constituiu na principal fonte das informações utilizadas na análise empírica aqui apresentada. A terceira seção é constituída pela análise dos dados dessa pesquisa. Na conclusão, além de uma síntese dos resultados encontrados na seção anterior, são apresentadas algumas reflexões acerca das discrepâncias entre as diferenças encontradas quanto ao capital social e o histórico de crescimento econômico das regiões gaúchas.

## 1 A MENSURAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Após mais de uma década de estudos e debates em torno da temática do capital social, já se dispõe de várias revisões da literatura relacionadas com as questões metodológicas envolvidas na operacionalização empírica desse conceito. Uma dessas revisões pode ser encontrada no documento intitulado *Framework for the Measurement of Social Capital in New Zealand*<sup>4</sup>, publicado pelo *Statistics New Zealand*, com o objetivo de desenvolver as bases para a mensuração do capital social nesse país. Seu quadro conceitual está centrado na análise de quatro dimensões, compreendendo os comportamentos, as atitudes e os valores, o perfil da população e as organizações existentes na comunidade.<sup>5</sup>

No que se relaciona à primeira dessas dimensões, recomenda que sejam investigadas variáveis como o comportamento altruísta em relação a pessoas que não fazem parte do grupo familiar ou estranhos (doar sangue, por exemplo), a participação em organizações voluntárias, a participação em redes informais, o interesse pela vida comunitária e a participação na comunidade e, finalmente, a obediência a regras e normas que servem de suporte para a formação e manutenção do capital social. Com relação à segunda dimensão – as atitudes e os valores – o estudo indica, como pontos a serem avaliados, as crenças que o indivíduo tem a seu próprio respeito (sobre sua identidade, importância pessoal, capacidade de influir na vida da comunidade), as suas atitudes em relação aos outros (por exemplo, crenças altruístas, tolerância e aprovação ou desaprovação de comportamentos oportunistas), a confiança e a reciprocidade (incluindo a confiança nos outros, a expectativa de apoio mútuo e a consideração em relação ao interesse das outras pessoas), as atitudes em relação ao governo e às instituições, os valores e normas que servem de suporte para a formação e manutenção do capital social, e as crenças e expectativas em relação ao futuro.

O terceiro aspecto que o estudo recomenda levar em consideração refere-se às diferenças que podem existir entre os vários grupos que compõem a população sob análise. As características relacionadas com os comportamentos, atitudes e valores que são relevantes para o dimensionamento do capital social podem variar amplamente dentro de uma mesma população, tendo em vista diferenças quanto a aspectos demográficos (gênero, faixa etária, etc.), culturais, econômicos ou quanto ao nível de instrução e informação. Finalmente, o estudo considera importante estudar as organizações existentes na comunidade. Lembra que a simples ocorrência de organizações que agreguem os indivíduos em torno de objetivos comuns não assegura a formação de capital social. Além do número de organizações, é necessário avaliar quais os tipos existentes, quais os seus objetivos, qual a sua abrangência, como estão estruturadas, como operam ou como se relacionam com outras organizações, entre outros aspectos.

O texto do *Statistics New Zealand* também arrola uma longa lista de variáveis e indicadores que podem ser utilizados para a análise dos seus aspectos mais relevantes. Além disso, contém um apêndice, intitulado *International Attempts to Measure Social Capital*, onde são analisados alguns trabalhos que se ocuparam da questão da mensuração do capital social.

O primeiro dos estudos analisados nesse apêndice é um artigo intitulado *Social Capital: The Missing Link?*, de Christiaan Grootaert<sup>6</sup>. Nele é afirmado ser desejável que os indicadores de capital social apresentem algumas características, como serem desenvolvidos dentro de um quadro conceitual e operacional em relação ao qual exista algum grau de consenso, serem claramente definidos e fáceis de entender, poderem ser agregados em diferentes níveis (da unidade doméstica à comunidade, da comunidade à nação), serem objetivos (ou independentes da forma como os dados foram coletados), bem como apresentarem exigências razoáveis quanto à

necessidade de informações, utilizando dados que já estão disponíveis ou que possam ser obtidos a um custo limitado.<sup>7</sup>

O segundo dos estudos discutidos no apêndice do documento do *Statistics New Zealand* é um artigo produzido por Deepa Narayan e Michael Cassidy, em 1999, para o Banco Mundial, intitulado *A Dimensional Approach to Measuring Social Capital: Development and Validation of a Social Capital Inventory*, cujo objetivo foi proporcionar, aos pesquisadores da área, um conjunto de questões, validadas estatisticamente, capazes de avaliar a dotação de capital social em comunidades de países em desenvolvimento.<sup>8</sup> Uma de suas principais conclusões foi sobre a necessidade de decompor, para fins de mensuração, as diferentes dimensões do conceito de capital social. As dimensões identificadas foram a participação em grupos e redes informais, o bem-estar subjetivo, a participação política, a sociabilidade cotidiana, a participação comunitária, as conexões de vizinhança, as conexões familiares e as normas de confiança e justiça.

O terceiro trabalho analisado é de autoria de Anirudh Krishna e Elizabeth Shrader, que desenvolveram uma metodologia de avaliação do capital social denominada *Social Capital Assessment Tool* (SCAT), a qual compreende um conjunto de indicadores concebidos com o objetivo de medir os níveis de capital social em comunidades selecionadas como beneficiárias de projetos de desenvolvimento. De acordo com esses autores, o capital social deve ser subdividido, para fins de mensuração, em "cognitivo" (valores, crenças, atitudes, comportamento e normas sociais) e "estrutural" (a composição e as práticas das instituições de nível local que servem de instrumento para o desenvolvimento da comunidade). Segundo essa metodologia, o capital social é avaliado em três níveis, que envolvem a preparação de um perfil da comunidade, a elaboração de perfis organizacionais das principais entidades nela existentes e a realização de uma pesquisa por domicílios.

O quarto trabalho analisado no documento do *Statistics New Zealand* tem como autores Jenny Onix e Paul Bullen, da Universidade de Sydney. Intitulado *Measuring Social Capital in Five Communities in NSW: An Analysis*, consiste em um estudo sobre cinco comunidades da região de Nova Gales do Sul, na Austrália, no qual o conceito de capital social foi explorado tanto em termos teóricos quanto empíricos, com o objetivo de identificar os seus componentes essenciais. A análise empírica identificou oito elementos, considerados como os que melhor definem o capital social:

- Participação na comunidade local;
- Propensão ao ativismo social;
- Sentimentos de confiança e segurança;
- Conexões na vizinhança;
- Conexões com a família e amigos;
- Tolerância da diversidade;
- Valor do trabalho;
- Conexões no trabalho.

O estudo do *Statistics New Zealand* ainda arrola outras duas contribuições, ambas de autores australianos. Uma delas deve-se a Eva Cox, no artigo *Measuring Social Capital as Part of Progress and Well-Being*, que considera essencial avaliar, para a mensuração do capital social, a confiança social, a tolerância da diversidade e a confiança cívica. A outra é um estudo realizado por encomenda do *Centre for Independent Studies*, da Austrália – intitulado *Social Capital Stories: How 12 Australian Households Live Their Lives* – que analisou em profundidade os membros de doze famílias. Essa pesquisa abordou os seguintes aspectos da vida dos indivíduos que compunham essas famílias:

- A participação individual em grupos e associações;
- As redes e conexões de que o indivíduo participava;
- As motivações individuais e a percepção de benefícios individuais;
- A importância das conexões de natureza local;
- O papel das normas, interesses e valores.

Outras organizações também se preocuparam em produzir textos que tratam da avaliação empírica do capital social. Duas delas – o *Office for National Statistics*<sup>9</sup>, da Inglaterra, e o *Australian Institute of Family Studies*<sup>11</sup>, da Austrália – disponibilizam o acesso à íntegra destes documentos através da Internet. O texto produzido pela instituição inglesa tem escopo mais abrangente, empreendendo uma revisão geral da literatura sobre o capital social. Trata de forma bastante sumária os aspectos relacionados com a mensuração, arrolando as alternativas adotadas por alguns pesquisadores para operacionalizar o conceito. Já o documento da instituição australiana aborda exclusivamente o problema da mensuração.

O primeiro autor cujo trabalho é analisado na seção do texto do *Office for National Statistics* que se ocupa da quantificação do capital social é James Coleman. O texto abordado é o seu artigo clássico de 1988, onde tratou da relação entre o desempenho das crianças na escola e o capital social de suas famílias.<sup>12</sup> Outro estudo analisado nesse mesmo documento foi um artigo de autoria de P. Hall, intitulado *Social Capital in Britain*. Também foram discutidos dois livros de Putnam, sobre os casos da Itália e dos Estados Unidos. Finalmente, o texto analisou uma pesquisa sobre a relação entre capital social, saúde e economia, realizada na região de Yorkshire, na Inglaterra<sup>1</sup>. A característica comum desses trabalhos é o fato de buscarem avaliar o capital social em uma escala *macro*, em contraste com o que ocorria no estudo de Coleman, preocupado com a escala *micro*.

Com relação ao artigo de Hall, o documento do *Office for National Statistics* destaca que o autor focaliza sua análise nas redes de sociabilidade formais e informais e nas normas de confiança associadas a essas redes, sugerindo que, embora os problemas de medida exijam uma ênfase nas associações voluntárias, outras formas de sociabilidade devem ser consideradas, incluindo participação em organizações de caridade e relações informais com vizinhos e amigos.<sup>10</sup>

Passando aos trabalhos de Putnam, o estudo registra que, no caso da Itália, ele avaliou o capital social das regiões com base no envolvimento dos indivíduos na vida pública, utilizando um “índice de intensidade da comunidade cívica” baseado em três variáveis: o percentual da população que votou em referendos, o percentual de leitores de jornais e a relação entre o número de associações voluntárias de diferentes tipos e a população. Já no estudo sobre os Estados Unidos, Putnam utilizou um índice composto baseado em 14 indicadores fortemente intercorrelacionados, classificados em cinco grupos, cobrindo a vida organizacional da comunidade, o engajamento em atividades públicas, a propensão ao voluntariado, a sociabilidade informal e a confiança.<sup>2</sup>

O último estudo arrolado pelo *Office for National Statistics* analisa a relação entre capital social, saúde e economia na região de Yorkshire, na Inglaterra, tendo avaliado o capital social com base em dois índices, um de confiança e outro de influência da comunidade na tomada de decisões. O documento do *Office for National Statistics* inclui, ainda, um extenso apêndice sobre os quesitos relacionados com o capital social que são regularmente investigados em dezoito levantamentos de diferentes tipos realizados periodicamente pela instituição, na Inglaterra. Esses levantamentos abrangem desde pesquisas mais amplas, como a *General Household Survey*, até investigações específicas sobre temas como criminalidade, habitação, educação, saúde, uso do tempo ou pobreza e exclusão social.

A revisão de literatura publicada pelo *Australian Institute of Family Studies* trata especificamente da temática da mensuração, ao contrário do documento produzido pela instituição inglesa, cujo escopo é mais abrangente. Seu objetivo central foi definir um quadro conceitual para investigações sobre o capital social, capaz de ligar de forma adequada às dimensões teórica e empírica.<sup>3</sup> Na percepção da sua autora, existe um descompasso entre o desenvolvimento acelerado da teorização em torno do capital social e o relativo atraso na discussão sobre os aspectos metodológicos envolvidos na investigação empírica. Após definir o capital social como consistindo de “redes de relações sociais caracterizadas por normas de confiança e reciprocidade”, a autora classifica os indicadores geralmente utilizados na pesquisa sobre o tema em “proximais” e “distais”. Os primeiros seriam aqueles diretamente relacionados com os componentes centrais do capital social – redes, confiança e reciprocidade. Um exemplo do uso desse tipo de indicador seria constituído pela análise feita por Putnam, em um artigo publicado em 1995 sobre o declínio do capital social nos Estados Unidos. Nesse estudo, Putnam apóia-se principalmente em dados relativos ao número e à participação em associações voluntárias de diferentes tipos, como as ligas de boliche a que alude o título do artigo. Os indicadores “distais” seriam baseados em variáveis que medem resultados que são ou podem ser atribuídos ao capital social – como condições de saúde, taxas de suicídio, taxas de gravidez entre adolescentes, criminalidade, taxas de emprego e desemprego, renda familiar, crescimento do PIB, etc. – mas não se referem de forma

direta aos seus componentes centrais, que são as redes sociais e as normas de confiança e reciprocidade. A autora assume uma posição especialmente crítica em relação à forma como às vezes são utilizados os indicadores desse gênero.

Segundo o documento, para que o conceito possa ser adequadamente operacionalizado, torna-se essencial distinguir o capital social de seus resultados, sendo importante investigar a estrutura e a qualidade das relações sociais.<sup>4</sup> Além disso, a operacionalização adequada do conceito depende de que seja reconhecida a sua multidimensionalidade, bem como de que se atente para a estrutura das relações sociais, o que implica em analisar as características das redes que compõem o capital social.<sup>5</sup> A operacionalização do conceito exige, também, que se analisem aspectos qualitativos das relações sociais, o que implica a avaliação das características e do conteúdo das normas de confiança e reciprocidade que integram o capital social. Na opinião da autora, essa avaliação não tem sido feita de forma adequada até o momento.<sup>6</sup> Na conclusão, são propostos alguns princípios que devem servir de base para uma mensuração mais adequada do capital social.<sup>7</sup> É recomendado ainda que, para que seja alcançada uma maior clareza conceitual e empírica, seja avaliada cada uma das principais dimensões do capital social, incluindo as normas vigentes dentro das redes sociais. Além disso, a autora registra que a dependência em relação ao uso de resultados atribuídos ao capital social, como indicadores "distais" da sua presença, gera o risco de um raciocínio tautológico.

O Banco Mundial, no site dedicado ao tema do enfrentamento da pobreza que mantém na Internet – denominado *PovertyNet*<sup>8</sup> – apresenta uma extensa seção que trata da importância do capital social no enfrentamento da pobreza e da exclusão. Uma das partes dessa seção permite o acesso à versão integral de vários documentos relacionados com o tema, produzidos por diferentes autores e instituições de todo o mundo. Estão incluídos no material disponibilizado na página<sup>9</sup> questionários utilizados com o objetivo de medir o capital social em vários tipos de comunidades.

## **2 FONTES PARA O ESTUDO DAS DIFERENÇAS REGIONAIS DE CAPITAL SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Embora seja indiscutível a pertinência de muitas das observações contidas na literatura sobre a mensuração do capital social, é preciso também registrar que, em muitas situações concretas, a escassa disponibilidade de informações e a falta de recursos condicionam severamente as opções do pesquisador. Nesses momentos, a única solução acaba sendo extrair o máximo dos dados já existentes, ou que podem ser obtidos usando os meios que se pode mobilizar.

O caso do Rio Grande do Sul não escapa a essas limitações. Grande parte das informações que têm sido utilizadas, em outros contextos, para a análise do capital social, não é regularmente levantada em nosso meio. Na verdade, a análise das diferenças entre as regiões do Rio Grande do Sul quanto ao capital social só se tornou possível devido à realização, em outubro de 2001, de uma pesquisa de campo encomendada pela Assembléia Legislativa do Estado e realizada pelo *Laboratório de Observação Social (LABORS)*, do *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, na qual foram incluídas questões referentes ao tema<sup>10</sup>. A realização da pesquisa serviu de subsídio para os debates realizados em uma série de eventos voltados para a discussão das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. O questionário utilizado, composto por 74 questões fechadas, apoiou-se, em grande parte, em instrumentos adotados em investigações empíricas, nacionais e internacionais, sobre temas relacionados com o desenvolvimento regional, com a cultura política e com o capital social.

A falta de dados impediu a análise de muitos dos aspectos cuja investigação é recomendada pela literatura anteriormente referida. É o caso, por exemplo, da quantidade, dos tipos e do número de membros das diferentes espécies de organizações voluntárias existentes nas regiões, aspecto que não foi possível estudar devido à quase total falta de informações. Os poucos dados encontrados, além de muito específicos e fragmentados, apresentavam inconsistências que suscitaram dúvidas quanto à sua qualidade e confiabilidade.

Na pesquisa promovida pela Assembléia Legislativa foram utilizados, como referência para a elaboração das questões relacionadas com o capital social, alguns dos instrumentos disponibilizados no site da *PovertyNet*, do Banco Mundial. Dentre esses questionários, pode-se destacar o utilizado na *General Household Survey*, realizada na Inglaterra, o usado na *Global Social Capital Survey*, aplicado em Uganda, bem como um adotado na Colômbia. Foram, ainda, incluídas questões relacionadas com os indicadores utilizados por Robert Putnam em seu estudo sobre as regiões italianas. Outra fonte utilizada para a seleção de questões, relacionada com o trabalho mais recente de Putnam sobre os Estados Unidos, foi o instrumento utilizado como base para o *The Social Capital Community Benchmark*,<sup>11</sup> desenvolvido pelo *Saguaro Seminar* e pela *Kennedy School of Government*, da Universidade de Harvard<sup>12</sup>.

A pesquisa dividiu o território do Rio Grande do Sul em quatro macrorregiões, com base na agregação dos 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento então existentes. A primeira delas, denominada *Nordeste 1*, foi composta pelos COREDEs Metropolitano do Delta do Jacuí e do Vale do Rio dos Sinos. Abrangia, dessa forma, uma área semelhante à da Região Metropolitana de Porto Alegre. A segunda macrorregião, denominada *Nordeste 2*, foi composta pelos Conselhos Regionais de

Desenvolvimento da Serra, do Vale do Caí, das Hortênsias, do Litoral, do Vale do Taquari e do Paranhana-Encosta da Serra. Compreendia, portanto, grande parte das primeiras áreas de colonização alemã e italiana do Estado, à exceção daquelas que – como São Leopoldo, Novo Hamburgo e outras localidades situadas na região do Vale dos Sinos – foram incluídas na macrorregião Nordeste 1. A terceira macrorregião, a *Norte*, foi composta pelos COREDEs Nordeste, Norte, da Produção, do Médio-Alto Uruguai, do Noroeste Colonial, das Missões e da Fronteira Noroeste, bem como por parte dos municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo. Incluiu a maior parte das áreas alcançadas pelo processo de expansão da colonização européia, a partir das últimas décadas do século XIX. A quarta e última das macrorregiões foi a *Sul*, integrada pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento da Fronteira Oeste, da Campanha, Central, Sul e Centro-Sul, além de parte dos municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo. Abrangeu, portanto, a porção do território gaúcho que é caracterizada historicamente pelo predomínio da pecuária e das grandes propriedades rurais. Deve-se registrar, no entanto, que também ocorrem áreas coloniais em algumas porções dessa grande região.

A preocupação central dessa divisão regional foi definir macrorregiões que se distinguíssem tendo em vista os principais processos definidores das características sociais, econômicas e culturais do Estado: o início do povoamento e a formação das estâncias de criação de gado, a imigração e colonização européia, a expansão das áreas coloniais, a industrialização e a metropolização. Essa divisão regional é muito semelhante à que já vinha sendo adotada, há mais tempo, por alguns autores, para a análise das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. A principal diferença consiste no fato de que a Região Nordeste foi subdividida em duas partes, para permitir que a Região Metropolitana fosse analisada em separado. A conveniência dessa divisão foi sugerida pelos resultados de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, que mostraram que as formas de sociabilidade e o capital social são negativamente afetados pelas condições de vida predominantes nas grandes aglomerações urbanas.<sup>13</sup>

O questionário foi aplicado entre 23 de outubro e 3 de novembro de 2001. O universo de estudo, a partir do qual se definiu a amostra a ser utilizada, foi composto pela população de mais de 18 anos residente no Rio Grande do Sul. A amostra consistiu em um levantamento aleatório estratificado. Foram aplicados 1.473 questionários, em 50 municípios, assim distribuídos pelas macrorregiões:

Nordeste 1	520
Nordeste 2	241
Norte	335
Sul	377

O erro amostral estimado foi de 2,53% para o conjunto do Estado, com uma variação entre 4,3% na região de maior população e 6,7% na de menor, considerando-se um intervalo de confiança de 95%.

### **3 DIFERENÇAS REGIONAIS QUANTO À DOTAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL**

No esforço de avaliação das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul, que é apresentado nesta seção, procurou-se destacar as variáveis relacionadas com as fontes do capital social, ou seja, indicadores que permitem avaliar as diferenças regionais quanto às características e à densidade de diferentes tipos de redes sociais, como recomenda a maior parte da literatura discutida na seção anterior. Algumas das questões incluídas na pesquisa promovida pela Assembléia Legislativa permitem que sejam investigadas as diferenças desse tipo. Outras questões permitem que se tente avaliar diferenças regionais quanto a aspectos – como confiança, participação política e normas de reciprocidade – caracterizados pela literatura como conseqüências da existência, da abrangência e da densidade das redes que dão origem ao capital social.

Michael Woolcock, um dos autores que mais têm contribuído para o debate recente em torno do conceito de capital social, afirma estar surgindo um consenso, entre os pesquisadores, no sentido de defini-lo como sendo constituído pelas normas e redes que facilitam a ação coletiva. Além disso, destaca ser necessário distinguir entre as fontes e as conseqüências do capital social. As fontes são, principalmente, as redes sociais, formais ou informais. Confiança, tolerância e normas de reciprocidade, bem como outras atitudes e disposições comportamentais que contribuem para aumentar a propensão à cooperação, devem ser consideradas como resultado dos processos de interação que ocorrem dentro das redes que constituem as fontes do capital social.<sup>14</sup>

O uso de dados extraídos de um levantamento do tipo “survey”, como o patrocinado pela Assembléia Legislativa, constitui uma das opções mais utilizadas nas pesquisas empíricas sobre o capital social, apresentando especificidades metodológicas que devem ser levadas em conta na análise dos resultados. Como registra Stone, se utilizado adequadamente, esse tipo de abordagem pode proporcionar indicações substanciais sobre o nível de capital social dentro de uma determinada área.<sup>15</sup>

#### **3.1 A Participação em Associações Voluntárias**

A participação em associações voluntárias é um dos indicadores mais utilizados na análise do capital social, e a existência de uma densa rede de organizações da sociedade civil, em um determinado território, tem sido considerada pela literatura como um dos principais indicadores da sua abundância. As cadeias de relações que se estabelecem dentro dessas organizações constituem um dos principais tipos de redes sociais existentes nas regiões, o que faz com que os processos de interação que

ocorrem em seu interior devam ser considerados como importantes fontes de capital social.

Assim, ao se caracterizar a existência de diferenças entre as regiões quanto ao grau de participação em associações, não se está apenas medindo variações quanto à propensão associativa dos habitantes, que seria uma “conseqüência” do capital social. Na verdade, se está avaliando, de forma indireta, a densidade desses tipos de redes sociais “formais” existentes nas regiões, através do percentual de pessoas nelas envolvidas em relação ao total da população.

Uma das questões da pesquisa indagava com que freqüência o entrevistado participava de reuniões de associações voluntárias, de qualquer tipo. O padrão das respostas evidencia a ocorrência de diferenças expressivas entre as regiões do Rio Grande do Sul, como se observa na Tabela 1.

**Tabela 1 - Participação em Reuniões de Associações Voluntárias, por Regiões.**

	Região				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Nunca	77,3	55,9	58,4	65,2	66,4
Poucas Vezes por Ano	9,4	15,5	19,6	17,1	14,7
Uma ou Duas Vezes por Mês	6,3	15,1	14,8	9,6	10,5
Quase Todas ou Todas as Semanas	7,0	13,4	7,2	8,0	8,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Foi utilizado um teste baseado na distribuição qui-quadrado para tabelas de contingência, com o objetivo de verificar a significância das diferenças regionais quanto aos padrões de respostas dadas a esta questão. A hipótese nula desse teste é a de que não existem diferenças entre as regiões, sendo calculada a probabilidade de que as diferenças observadas na amostra sejam devidas ao acaso, quando não existem, na verdade, diferenças na população. Foi utilizado um nível de significância de 5%, o que implica rejeitar a hipótese nula, sempre que a probabilidade de que as diferenças observadas na amostra sejam devidas ao acaso for inferior a 5%.

No caso concreto da Tabela 1, é extremamente reduzida (inferior a 0,1%) a probabilidade de que as diferenças de percentuais observadas entre as regiões, nesta amostra, tenham ocorrido devido ao acaso, sem que existam diferenças na realidade. Esse mesmo teste baseado na distribuição qui-quadrado, para tabelas de contingência, foi utilizado para avaliar a significância das diferenças entre os padrões regionais das respostas dadas às demais questões analisadas nesta seção<sup>16</sup>.

Os resultados da Tabela 1 indicam que a participação em associações voluntárias tendia a ser maior nas regiões do interior do que na Região

Metropolitana. Considerando-se apenas o interior, essa participação era maior nas regiões Nordeste 2 e Norte, áreas cujas características sócio-econômicas estão associadas à imigração e ao predomínio da pequena e média propriedade rural, parecendo ser menor na região Sul.

Somando as linhas correspondentes dessa Tabela, observa-se que nas regiões Nordeste 2 e Norte respectivamente 28,5 % e 22,0% dos entrevistados responderam que participavam pelo menos uma vez por mês de reunião de algum tipo de associação voluntária. No Nordeste 1 (Região Metropolitana) e no Sul esses percentuais eram mais baixos, alcançando, respectivamente, 13,3% e 17,6%. De forma similar, os percentuais de pessoas que informaram nunca participar de reuniões de associações voluntárias, de qualquer tipo, era bem maior no caso da Região Metropolitana e do Sul.

Para aprofundar a análise das diferenças entre regiões quanto às respostas dadas a esta questão, a amostra foi decomposta por estratos de renda e de nível de escolaridade dos entrevistados. As Tabelas 2, 3 e 4 mostram que o padrão básico de diferenças se manteve inalterado, apresentando apenas pequenas variações quanto aos percentuais, no caso dos três estratos de renda considerados pela pesquisa.

**Tabela 2 - Participação em Reuniões de Associações Voluntárias, por Regiões.**

Renda até R\$ 744,00

	Região				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Nunca	83,6	60,3	70,4	71,2	73,1
Poucas Vezes por Ano	4,7	16,2	14,3	17,1	12,3
Uma ou Duas Vezes por Mês	3,9	17,6	12,2	6,3	8,9
Quase Todas ou Todas as Semanas	7,8	5,9	3,1	5,4	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Em todos os estratos, as regiões Nordeste 2 e Norte são aquelas em que há maior a participação em reuniões, em comparação com a Região Metropolitana (Nordeste 1) e com o Sul. Nos três casos é rejeitada, no teste de qui quadrado, a hipótese nula de inexistência de diferenças significativas entre os padrões regionais de participação em associações voluntárias. A probabilidade de que não existam diferenças entre esses padrões, na população, é muito baixa, sendo de 0,2% no caso do estrato de renda mais baixa, de menos de 0,1% no de renda intermediária, e novamente de menos de 0,1% no caso do estrato de renda mais alta.

**Tabela 3 - Participação em Reuniões de Associações Voluntárias, por Regiões.**

Renda de Mais de 744,00 até R\$ 1.581,00

	Região				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Nunca	73,6	57,8	51,6	72,6	66,6
Poucas Vezes por Ano	10,1	9,6	25,8	11,1	13,4
Uma ou Duas Vezes por Mês	7,9	14,5	17,2	7,7	10,8
Quase Todas ou Todas as Semanas	8,4	18,1	5,4	8,5	9,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Em geral, a participação em reuniões de associações voluntárias tendeu a aumentar um pouco, em todas as regiões, à medida que se passa dos estratos de renda mais baixa para os de renda mais alta. Assim, no conjunto do Estado, o percentual de entrevistados que nunca compareciam a reuniões de nenhum tipo de associação voluntária cai de 73,1% para 61,9% quando se passa do estrato de menor ao de maior renda, como mostram as Tabelas 4.2 e 4.4. Já o percentual daqueles que participavam de reuniões pelo menos uma vez por mês passa de 14,6% para 20,4% do primeiro para o segundo estrato, quase não aumentando do de renda intermediária para o de renda mais alta, onde alcançou 20,7%.

**Tabela 4 - Participação em Reuniões de Associações Voluntárias, por Regiões.**

Renda acima de R\$ 1.581,00

	Região				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Nunca	76,7	50,6	54,6	54,8	61,9
Poucas Vezes por Ano	11,7	20,7	19,1	21,9	17,4
Uma ou Duas Vezes por Mês	6,3	13,8	14,9	13,7	11,4
Quase Todas ou Todas as Semanas	5,3	14,9	11,3	9,6	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Quando se decompõe a amostra por estratos de níveis de escolaridade, o padrão básico das diferenças regionais se mantém inalterado. Também neste caso o Nordeste 2 e o Norte tenderam, em geral, a apresentar maiores graus de participação, como mostra a Tabela 5, onde aparecem os percentuais de entrevistados que participavam pelo menos uma vez por mês de reuniões de associações voluntárias. A única exceção a esse padrão é constituída pelo estrato intermediário, de entrevistados com até segundo grau completo, em que o Sul alcançou o segundo percentual mais elevado, um pouco acima do Norte e abaixo apenas da Região Nordeste 2. Em todos os casos, as diferenças regionais podem ser consideradas estatisticamente significativas ao nível de significância de 5%.

**Tabela 5 - Percentual de Entrevistados que Participam Pelo Menos Uma Vez por Mês de Reunião de Associação Voluntária, por Níveis de Escolaridade e Regiões.**

Região	Até Primeiro Grau Completo	Até Segundo Grau Completo	Nível Superior Completo ou Incompleto	Total
Nordeste 1	10,5	13,3	16,3	13,3
Nordeste 2	32,1	22,9	33,9	28,5
Norte	20,3	16,9	30,0	22,0
Sul	8,1	19,3	24,8	17,6
Estado	16,2	17,1	24,4	18,9
Significância	0,000	0,049	0,000	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

A decomposição da amostra segundo o gênero dos entrevistados evidencia o mesmo padrão, mais uma vez sendo rejeitada a hipótese da ausência de diferenças regionais, tanto para os homens como para mulheres, ao nível de 5%. A participação em reuniões de associações voluntárias parece ser ligeiramente maior no caso dos homens, em todas as regiões, como mostra a Tabela 6.

**Tabela 6 - Percentual de Entrevistados que Participam Pelo Menos Uma Vez por Mês de Reunião de Associação Voluntária, por Gêneros e Regiões.**

Região	Mulheres	Homens	Total
Nordeste 1	13,2	13,4	13,3
Nordeste 2	26,0	31,1	28,5
Norte	21,6	22,3	22,0
Sul	17,5	17,8	17,6
Estado	18,3	19,6	19,1
Significância	0,004	0,000	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Da mesma forma, quando se decompõe a amostra por faixas etárias, o padrão geral de diferenças regionais parece manter-se, pois em apenas um estrato – o de 33 a 41 anos – o Sul ocupou o segundo lugar quanto ao percentual de entrevistados que declararam participar de reuniões de associações voluntárias pelo menos uma vez por mês. Em todas as outras faixas os dois primeiros lugares couberam ao Nordeste 2 e ao Norte. A Região Metropolitana (Nordeste 1) ficou em último lugar em todas as faixas. Com apenas uma exceção – mais uma vez a faixa dos 33 a 41 anos – as diferenças regionais foram sempre estatisticamente significativas.

**Tabela 7 - Percentual de Entrevistados que Participam Pelo Menos Uma Vez por Mês de Reunião de Associação Voluntária, por Faixas Etárias e Regiões.**

Região	16 a 23 Anos	24 a 32 Anos	33 a 41 Anos	42 a 49 Anos	50 Anos ou Mais	Total
Nordeste 1	11,5	12,8	15,7	14,6	11,8	13,3
Nordeste 2	26,4	20,9	22,7	37,8	34,6	28,5
Norte	19,4	23,1	17,0	24,6	25,7	22,0
Sul	19,0	13,7	22,2	16,2	16,3	17,6
Estado	17,9	16,6	18,8	21,4	19,9	18,9
Significância	0,010	0,009	0,847	0,019	0,005	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Foram incluídas na pesquisa, ainda, outras questões que permitem aprofundar a análise das diferenças regionais quanto à participação em associações voluntárias. Uma delas indagava se o entrevistado, nos últimos três anos, havia desempenhado algum cargo ou tido algum tipo de responsabilidade no funcionamento de entidade, associação ou clube na sua região ou cidade. Os resultados referentes a esta questão, por regiões, são apresentados na Tabela 4.8, a seguir.

**Tabela 8 - Respostas à questão: "Nos últimos três anos, o Sr(a) desempenhou algum cargo ou teve algum tipo de responsabilidade no funcionamento de entidade, associação ou clube na sua região ou cidade?", por Regiões.**

	Região				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Sim	14,0	30,1	31,0	19,7	22,0
Não	86,0	69,9	69,0	80,3	78,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

O percentual de 22% de respostas positivas, observado para o conjunto do Estado, foi mais elevado que o encontrado no caso da Inglaterra pela *General Household Survey* de 2000, onde apenas 13% dos entrevistados responderam afirmativamente a essa questão<sup>17</sup>. Além disso, em nenhuma região inglesa o percentual de pessoas que se haviam envolvido na gestão de uma entidade ou associação voluntária alcançou o nível de 20%.<sup>18</sup>

Também no caso dessa questão pode ser constatado um padrão de respostas que indica a ocorrência de uma maior participação no interior do Estado, em comparação com a Região Metropolitana (Nordeste 1). Considerando-se apenas as macrorregiões do interior, o percentual de respostas afirmativas foi menor no Sul do que no Nordeste 2 e no Norte. A probabilidade de que as diferenças observadas na amostra sejam devidas apenas ao acaso é inferior a 0,1%.

Ao se decompor as respostas por estratos de renda, nota-se que o percentual de pessoas que desempenharam cargo ou função na gestão de uma associação

voluntária tendeu a aumentar de forma expressiva à medida que aumentou a renda dos entrevistados. No entanto, o padrão de diferenças regionais se mantém relativamente inalterado em todos os estratos, com percentuais maiores de respostas "sim" nas regiões com raízes "coloniais"<sup>19</sup> – Nordeste 2 e Norte – e menores na Região Metropolitana e no Sul. Mais uma vez, é muito reduzida a probabilidade de que as diferenças observadas na amostra sejam devidas ao acaso. Essa probabilidade é de 1,5% para o estrato de renda mais baixa, 0,6% para o de renda intermediária e menos de 0,1% para o de renda mais alta, como mostra a Tabela 9.

**Tabela 9 - Percentual de Entrevistados que Tiveram Responsabilidade no Funcionamento de Associação Voluntária nos Últimos Três Anos, por Estratos de Renda Familiar e Regiões.**

Região	Até R\$ 744,00	De R\$ 744,00 até R\$ 1.581,00	Acima de R\$ 1.581,00	Total
Nordeste 1	7,1	16,3	16,3	14,0
Nordeste 2	21,7	32,9	34,1	30,1
Norte	19,8	28,0	40,6	31,0
Sul	15,5	13,4	27,9	19,7
Estado	14,9	20,9	27,9	22,0
Significância	0,015	0,006	0,000	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

O mesmo padrão de diferenças, segundo o qual as regiões de raízes "coloniais" despontaram como mais participativas também ocorre quando se decompõe a amostra por estratos de escolaridade. Em todos os estratos, o Nordeste 2 e o Norte apresentaram percentuais expressivamente mais elevados que o Sul e a Região Metropolitana, sendo as diferenças estatisticamente significativas.

Como seria de esperar, em todas as regiões o percentual de entrevistados que se envolveram na direção de associações voluntárias aumentou substancialmente à medida que aumentou o nível de escolaridade, como mostra a Tabela 10.

**Tabela 10 - Percentual de Entrevistados que Tiveram Responsabilidade no Funcionamento de Associação Voluntária nos Últimos Três Anos, por Níveis de Escolaridade e Regiões.**

Região	Até Primeiro Grau Completo	Até Segundo Grau Completo	Nível Superior Completo ou Incompleto	Total
Nordeste 1	7,5	12,6	21,8	13,7
Nordeste 2	28,0	23,5	42,4	29,5
Norte	19,1	29,6	45,0	30,7
Sul	9,8	16,4	31,1	19,1

Estado	14,7	18,9	32,9	21,5
Significância	0,001	0,004	0,005	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

A decomposição da amostra por gênero, constante da Tabela 11, também não evidenciou ruptura com o padrão de diferenças observado nas demais tabelas. Mais uma vez, os percentuais de envolvimento com a gestão de associações voluntárias foram maiores no Nordeste 2 e no Norte, em comparação com a Região Metropolitana e o Sul. Em apenas uma região (Sul) o percentual de respostas positivas das mulheres foi superior ao dos homens.

**Tabela 11 - Percentual de Entrevistados que Tiveram Responsabilidade no Funcionamento de Associação Voluntária nos Últimos Três Anos, por Gêneros e Regiões.**

Região	Mulheres	Homens	Total
Nordeste 1	9,8	18,6	14,0
Nordeste 2	32,2	27,8	30,1
Norte	31,4	30,7	31,0
Sul	19,6	19,8	19,7
Estado	20,8	23,3	22,0
Significância	0,000	0,015	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Já no caso da decomposição da amostra por faixas etárias foi encontrado um caso – a faixa de 33 a 41 anos – em que o Sul ocupou o segundo lugar quanto ao envolvimento na gestão de entidades e associações. Em todas as demais faixas se manteve o padrão verificado anteriormente. Em apenas uma faixa, a dos 24 aos 32 anos, as diferenças não podem ser consideradas estatisticamente significativas ao nível de 5%.

**Tabela 12 - Percentual de Entrevistados que Tiveram Responsabilidade no Funcionamento de Associação Voluntária nos Últimos Três Anos, por Faixas Etárias e Regiões.**

Região	16 a 23 Anos	24 a 32 Anos	33 a 41 Anos	42 a 49 Anos	50 Anos ou Mais	Total
Nordeste 1	10,7	16,0	19,8	12,6	10,7	14,0
Nordeste 2	24,6	22,7	26,2	38,6	38,8	30,1
Norte	25,8	28,1	40,0	34,3	26,9	31,0
Sul	13,0	11,0	31,7	16,4	22,9	19,4
Estado	17,2	18,8	28,5	23,3	22,2	22,0
Significância	0,022	0,071	0,034	0,000	0,001	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Outra questão incluída na pesquisa patrocinada pela Assembléia Legislativa investigou as diferenças no grau de participação, considerando vários tipos de associações voluntárias. A pergunta foi formulada nos seguintes termos:

“Agora vou ler uma lista de tipos de associações voluntárias. Para cada uma delas o Sr(a) deve dizer se é associado/integrante de alguma entidade desse tipo e participa das suas atividades, se é associado/integrante mas não participa ou se não é associado/integrante.”

Os percentuais de entrevistados que afirmaram ser associados e participar, por regiões e por tipo de associação ou entidade, são apresentados na Tabela 13. A última coluna dessa tabela mostra a probabilidade, calculada através do teste de qui-quadrado para tabelas de contingência, de que as diferenças encontradas na amostra, no caso desse tipo específico de entidade, fossem devidas ao acaso.

**Tabela 13 - Participação em Associações Voluntárias, por Tipos de Associação e Regiões.**

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Estado	Sig.
São membros e participam de igreja ou grupo religioso	30,2	59,3	72,2	37,9	46,5	0,000
São associados e participam de clube esportivo	16,3	34,0	26,3	18,0	21,9	0,000
São associados e participam de sociedade recreativa ou clube social	16,9	30,7	36,1	41,6	29,9	0,000
São sócios e participam de organização artística, cultural ou educacional	10,4	19,1	13,7	9,8	12,4	0,003
São associados e participam de sindicato	11,3	14,5	17,3	15,1	14,2	0,067
São sócios e participam de associação comercial	5,4	13,3	12,8	8,8	9,2	0,001
São sócios e participam de outra entidade empresarial	3,3	10,0	7,5	4,0	5,5	0,000
São filiados e participam de partido político	6,5	13,3	16,7	10,9	11,1	0,000
São associados e participam de entidade de proteção ao meio ambiente	4,0	8,3	6,9	3,7	5,3	0,074
São associados e participam de entidade profissional	9,6	22,0	21,8	12,7	15,2	0,000
São associados e participam de organização de caridade	13,1	20,3	19,4	11,9	15,4	0,010
São associados e participam de cooperativa	3,7	9,1	10,1	4,5	6,2	0,000
São associados e participam de clube de serviços	2,3	3,7	4,8	4,5	3,7	0,463
São associados e participam de	9,6	21,6	22,4	9,3	14,4	0,000

associação de pais e mestres						
São associados e participam de associação de agricultores e pecuaristas	1,2	5,8	9,0	4,0	4,4	0,000
São associados e participam de associação de bairro	7,1	12,9	9,3	7,2	8,6	0,033
São associados e participam de clube de mães	1,9	3,7	8,4	2,9	3,9	0,000
São associados e participam da maçonaria	1,0	0,8	0,0	2,4	1,1	0,011
São associados e participam de outro tipo de associação	4,2	8,7	9,9	6,4	6,8	0,001

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Esses dados mostram que os grupos religiosos eram o tipo de associação voluntária com maiores percentuais de participantes. Em um segundo plano apareciam os clubes esportivos e as sociedades recreativas ou clubes sociais. Um pouco abaixo se situavam os sindicatos, os partidos políticos, as entidades profissionais, as organizações de caridade e as associações de pais e mestres. Os demais tipos de associações não alcançaram 10% de participantes entre os entrevistados no conjunto do Estado.

Conforme mostra a última coluna dessa tabela, as diferenças eram estatisticamente significativas no caso da maior parte dos tipos de associações. As exceções eram os sindicatos, as entidades de proteção ao meio ambiente e os clubes de serviços, em que a probabilidade de que não existissem diferenças era superior ao nível de significância de 5% adotado nesta pesquisa.

A observação da Tabela 13 indica que o padrão de diferenças regionais, no caso da maior parte dos tipos de entidades, era similar ao encontrado nas questões discutidas anteriormente, sobre a participação em reuniões de associações voluntárias e sobre o exercício de cargos e funções nesse tipo de entidades. Em regra, o Nordeste 2 e o Norte apresentaram percentuais substancialmente superiores aos do Sul e da Região Metropolitana (Nordeste 1).

Para assegurar que as poucas exceções a esse padrão – como os casos dos clubes sociais e da Maçonaria, onde o Sul apresentou o percentual mais elevado, ou os dos sindicatos e dos clubes de serviços, em que essa região ficou em segundo lugar – não invalidavam a conclusão geral, foi utilizado um teste baseado no Coeficiente de Concordância de Kendall<sup>20</sup>, uma estatística não-paramétrica que avalia o grau de concordância entre várias ordenações. No caso concreto, a existência de concordância significativa entre as ordenações implicaria a tendência de que as regiões com maiores graus de participação fossem as mesmas na maioria dos tipos de associação, e que as com menores graus de participação também fossem as mesmas.

Os resultados desse teste mostraram que há concordância altamente significativa entre as posições ocupadas pelas regiões nos “rankings” de percentuais de entrevistados que participam nos diferentes tipos de entidades. Esses “rankings”, em ordem decrescente são mostrados na Tabela 14. Como se observa, de uma maneira geral o Norte e o Nordeste 2 tenderam a ocupar o primeiro ou o segundo lugar nessas ordenações, enquanto o Sul e o Nordeste 1 (Região Metropolitana), tenderam a ocupar o terceiro ou o quarto lugar.

**Tabela 14 - Rankings das Regiões Conforme o Percentual de Participação, por Tipos de Associações Voluntárias.**

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul
São membros e participam de igreja ou grupo religioso	4	2	1	3
São associados e participam de clube esportivo	4	1	2	3
São associados e participam de sociedade recreativa ou clube social	4	3	2	1
São sócios e participam de organização artística, cultural ou educacional	3	1	2	4
São associados e participam de sindicato	4	3	1	2
São sócios e participam de associação comercial	4	1	2	3
São sócios e participam de outra entidade empresarial	4	1	2	3
São filiados e participam de partido político	4	2	1	3
São associados e participam de entidade de proteção ao meio ambiente	3	1	2	4
São associados e participam de entidade profissional	4	1	2	3
São associados e participam de organização de caridade	3	1	2	4
São associados e participam de cooperativa	4	2	1	3
São associados e participam de clube de serviços	4	3	1	2
São associados e participam de associação de pais e mestres	3	2	1	4
São associados e participam de associação de agricultores e pecuaristas	4	2	1	3
São associados e participam de associação de bairro	4	1	2	3
São associados e participam de clube de mães	4	2	1	3
São associados e participam da maçonaria	2	3	4	1
São associados e participam de outro tipo de associação	4	2	1	3

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Combinando os resultados da análise desta questão com o que foi constatado em relação às duas questões anteriores, pode-se afirmar que são extremamente

robustas as indicações no sentido de que a densidade das redes sociais constituídas através de associações voluntárias era significativamente maior nas regiões cuja formação social e cultural está associada à colonização européia, que são a Nordeste 2 e a Norte. Conforme as variáveis aqui analisadas, nessas duas regiões as redes compostas por entidades formais envolviam um percentual muito maior da população local, em comparação com a Região Metropolitana e com o Sul.

### 3.2 As Redes Informais de Sociabilidade

Os dados da pesquisa permitiram, ainda, que fosse analisado outro tipo de redes sociais: as constituídas através de relações que compõem o que poderia ser denominado de "sociabilidade informal", incluindo atividades como visitar parentes e amigos, reunir amigos em casa ou participar em diversos tipos de atividades de lazer junto com outras pessoas, por exemplo. A questão que investigou o grau de envolvimento dos entrevistados neste tipo de redes sociais foi assim formulada:

"Vou perguntar com que frequência o(a) Sr(a) pratica algumas atividades relacionadas com a vida social. Para cada atividade, o(a) Sr(a) deve dizer se a faz todas as semanas, ou quase todas as semanas; se faz uma ou duas vezes por mês, se faz apenas umas poucas vezes por ano; ou se nunca faz."

Os tipos de atividades considerados na questão foram "reunir amigos em casa", "visitar parentes e amigos", "sair com colegas de trabalho ou de profissão", "reunir-se com membros da mesma igreja ou religião", "passar tempo com amigos em jogos ou atividades esportivas" e "ir a festas em clubes sociais". A Tabela 15 mostra as respostas por regiões. Nela, os dados foram organizados de forma a indicar os percentuais de entrevistados que praticavam cada tipo de atividade pelo menos uma vez por semana.

Observando essa Tabela, pode-se constatar a ocorrência de dois padrões diferenciados, conforme o tipo de atividades que sejam consideradas. Naquelas que envolviam pessoas de maior intimidade – parentes ou amigos próximos o suficiente para que sejam recebidos ou visitados em casa – as diferenças entre regiões tenderam a ser menores. No caso de "visitar parentes e amigos", essas diferenças chegaram a não ser estatisticamente significantes. Já no que se refere à atividade "reunir amigos em casa", existiram diferenças regionais significativas em termos estatísticos, sendo os percentuais da Região Metropolitana um pouco mais baixos que os das áreas do interior.

Quando se passa aos outros tipos de atividades, que envolviam pessoas menos próximas ou não tão "íntimas", as regiões Nordeste 2 e Norte voltaram a destacar-se, apresentando maiores percentuais de habitantes que tinham convívio social mais intenso, em contraste com o Sul e o Nordeste 1 (Região Metropolitana), onde os percentuais tenderam a ser expressivamente mais baixos.

Essa sociabilidade centrada em grupos menos abrangentes, encontrada no Sul e na Região Metropolitana – que faz lembrar o padrão registrado por Putnam no caso do Sul da Itália, onde os indivíduos tenderiam a concentrar suas afinidades e lealdades em círculos mais próximos e mais fechados – pode ser interpretada como um indício de desequilíbrio entre as dotações regionais de capital social “bonding” e “bridging”, com predomínio do primeiro tipo. Nas regiões com essa composição do capital social, as relações sociais “fortes”, em grupos relativamente restritos, como os constituídos por parentes e amigos mais íntimos, tenderiam a ser mais importantes e mais freqüentes do que as relações “fracas”, de menor intensidade, envolvendo “conhecidos” e pessoas com menor grau de proximidade.

**Tabela 15 - Percentuais de Entrevistados que Praticam Atividades Sociais Pelo Menos Uma Vez Por Semana, por Tipos de Atividades e Regiões**

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Total	Sig.
Reúnem Amigos em Casa	59,5	67,1	66,6	68,7	64,7	0,008
Visitam Parentes e Amigos	77,5	76,7	77,6	81,7	78,5	0,236
Saem com Colegas de Trabalho ou Profissão	38,4	57,5	47,8	36,3	43,1	0,000
Reúnem-se com Membros da Mesma Igreja ou Religião	32,4	49,6	57,8	33,9	41,2	0,000
Passa Tempo com Amigos em Jogos ou Atividades Esportivas	38,0	44,6	43,6	32,3	38,9	0,000
Vão a Festas em Clubes Sociais	31,3	53,3	43,5	35,6	38,7	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Essa constatação parece ser confirmada pelos resultados de outra questão, que indagou:

“Com que freqüência o(a) Sr(a) conversa ou mantém contato com parentes ou amigos, pessoalmente ou por telefone?”

As opções de resposta eram “várias vezes ao dia”, “pelo menos uma vez por dia”, “algumas vezes por semana”, “algumas vezes por mês”, “algumas vezes ao ano” e “nunca ou quase nunca”. A Tabela 16 mostra a soma das duas primeiras opções, indicando o percentual de entrevistados que mantinham contato diário com parentes e amigos.

**Tabela 16 - Percentuais de Entrevistados que Conversam ou Mantêm Contato Diário com Parentes e Amigos, Pessoalmente ou por Telefone, por Regiões.**

Região	%
Nordeste 1	61,7
Nordeste 2	46,0
Norte	40,9

Sul	63,4
Estado	54,9

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Nesse caso, que envolve relações com pessoas mais “íntimas”, como parentes e amigos, o padrão das diferenças foi exatamente oposto ao observado nas relações sociais informais que envolvem pessoas de relações menos próximas, como “conhecidos”, colegas de trabalho ou de profissão, membros da mesma igreja ou companheiros de esportes ou de jogos. As duas regiões onde os entrevistados apresentaram mais altos percentuais de contato diário com amigos e parentes – o Sul e o Nordeste 2 – foram exatamente as mesmas que ocuparam as últimas posições quando se tratou de contatos com pessoas de relações mais distantes. As diferenças entre os padrões de respostas a esta questão foram altamente significativas em termos estatísticos. A probabilidade de que existissem diferenças apenas na amostra, e não na população, é inferior a 0,1%. No caso da região Nordeste 1 (Metropolitana), é provável que, devido às dificuldades maiores de deslocamento, o telefone sirva como substituto para os contatos face a face, que seriam mais freqüentes nos centros urbanos menores.

### 3.3 A Participação Política

Passando às variáveis relativas às “conseqüências” do capital social – ou indicadores “proximais”, na terminologia utilizada pelo *Australian Institute of Family Studies* – a Tabela 17 apresenta alguns indicadores de participação em atividades relacionadas com a política<sup>21</sup>. A Tabela 18, mais adiante, apresenta os “rankings” das regiões nesses indicadores.

Como mostra a Tabela 17, as diferenças podiam ser consideradas estatisticamente significativas ao nível de 5% na maior parte dos indicadores. Apenas no caso de “falar sobre política quando se reúne com amigos”, “doar dinheiro para algum partido político” e “trabalhar na campanha de algum candidato” não foi rejeitada a hipótese nula de que não existiam diferenças entre os padrões de respostas das regiões, a esse nível de significância.

**Tabela 17 - Participação em Atividades Relacionadas com a Política, por Regiões.**

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Total	Sig.
percentual de entrevistados que são filiados a um partido político	8,7	15,4	24,2	17,2	15,5	0,000
percentual de entrevistados que muitas vezes falam sobre política quando se reúnem com amigos	16,9	20,3	20,6	19,9	19,1	0,673

percentual de entrevistados que, no último ano, foram a uma manifestação, a um comício ou a um protesto	23,4	32,7	38,6	35,0	31,4	0,000
percentual de entrevistados que, no último ano, participaram de uma reunião sobre tema político	22,1	26,9	34,2	18,3	24,7	0,000
percentual de entrevistados que, no último ano, se candidataram ou foram eleitos para algum cargo público	4,4	4,0	7,8	2,9	4,7	0,020
percentual de entrevistados que, no último ano, doaram dinheiro para algum partido político	5,42	5,38	6,9	4,9	5,6	0,704
percentual de entrevistados que, no último ano, trabalharam na campanha de algum candidato	16,7	19,3	23,8	22,1	20,1	0,068
percentual de entrevistados que, no último ano, participaram de algum grupo ou comissão que tentou influenciar alguma atividade de governo	10,0	9,0	13,8	7,2	10,0	0,037
percentual de entrevistados que, no último ano, procuraram algum político para tratar de assunto de interesse da sua comunidade	18,6	23,8	32,6	19,8	23,0	0,000
percentual de entrevistados que lembram em quem votaram para deputado estadual na última eleição	42,3	51,5	52,2	46,2	47,0	0,043
percentual de entrevistados que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório	60,6	67,2	71,6	65,5	65,4	0,033
percentual de entrevistados que já participaram de alguma atividade desenvolvida pelos COREDES, pelo OP Estadual ou pelo Fórum Democrático	13,5	24,9	33,4	26,0	23,1	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

O teste baseado no Coeficiente de Concordância de Kendall, referido anteriormente, foi utilizado para verificar a concordância entre os padrões apontados pelos vários indicadores de participação política. O resultado do teste permitiu rejeitar a hipótese nula de que não havia relação entre os "rankings" das regiões nos vários indicadores. Em outras palavras, esses "rankings" eram significativamente concordantes em termos estatísticos, indicando que efetivamente existia uma hierarquia entre as regiões quanto aos indicadores de participação política.

**Tabela 18 - Rankings das Regiões, Segundo os Indicadores de Participação Política**

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul
percentual de entrevistados que são filiados a um partido político	4	3	1	2
percentual de entrevistados que muitas vezes falam sobre política quando se reúnem com amigos	4	2	1	3
percentual de entrevistados que, no último ano, foram a uma manifestação, a um comício ou a um protesto	4	3	1	2
percentual de entrevistados que, no último ano, participaram de uma reunião sobre tema político	3	2	1	4
percentual de entrevistados que, no último ano, se candidatou ou foi eleito para algum cargo público	2	3	1	4
percentual de entrevistados que, no último ano, doou dinheiro para algum partido político	2	3	1	4
percentual de entrevistados que, no último ano, trabalhou na campanha de algum candidato	4	3	1	2
percentual de entrevistados que, no último ano, participou de algum grupo ou comissão que tentou influenciar alguma atividade de governo	2	3	1	4
percentual de entrevistados que, no último ano, procurou algum político para tratar de assunto de interesse da sua comunidade	4	2	1	3
percentual de entrevistados que lembram em quem votaram para deputado estadual na última eleição	4	2	1	3
percentual de entrevistados que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório	4	2	1	3
percentual de entrevistados que já participaram de alguma atividade desenvolvida pelos COREDES, pelo OP Estadual ou pelo Fórum Democrático	4	3	1	2

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

No padrão geral que pôde ser identificado pela comparação entre os vários indicadores de participação em atividades relacionadas com a política, a região Norte apareceu como a que ocupava sempre a primeira posição. Já as diferenças entre as demais regiões eram menos marcadas do que as que foram encontradas em outras das variáveis analisadas anteriormente. No entanto, caso seja utilizado como critério

de ordenamento a soma dos "rankings" dos diferentes indicadores, para cada região, o segundo lugar seria ocupado pelo Nordeste 2, o terceiro pelo Sul e o quarto pela Região Metropolitana. Repetir-se-ia, assim, também neste caso, o padrão apontado no caso da participação em associações voluntárias e das redes de sociabilidade que envolviam pessoas de menor proximidade ou intimidade, onde as regiões com raízes coloniais despontaram como aquelas onde ocorria maior participação.

### 3.4 Confiança

Dentre os indicadores relativos à confiança – considerada pela literatura como uma das principais conseqüências do capital social – o mais utilizado refere-se à "confiança generalizada". Esse tipo de confiança é geralmente avaliado com base em uma questão utilizada na *World Values Survey*, reproduzida no instrumento adotado na pesquisa promovida pela Assembléia Legislativa. A pergunta foi formulada nos seguintes termos:

"De uma maneira geral, o(a) Sr(a) acredita que se pode confiar na maior parte das pessoas ou que se deve ter muito cuidado ao tratar com outras pessoas?"

Segundo dados apresentados por Inglehart<sup>22</sup>, o Brasil era, em 1991, dentre 43 países, aquele que mostrava o nível mais baixo de confiança generalizada, com apenas 7% dos entrevistados tendo respondido que "pode-se confiar na maior parte das pessoas".<sup>23</sup>

Os percentuais de respostas "pode-se confiar na maior parte das pessoas", para as regiões do Rio Grande do Sul, são mostrados na Tabela 19. Nota-se que os valores eram também bastante baixos, para todas as regiões. No entanto, o teste para tabelas de contingência baseado na distribuição qui-quadrado indica a existência de diferenças significativas ao nível de 5%.

O padrão apontado por esses resultados mostrou uma confiança interpessoal ligeiramente maior nas áreas do interior, em comparação com a Região Metropolitana, com leve destaque para a região Nordeste 2, cujos percentuais eram um pouco maiores que os do Norte e do Sul. Chama a atenção o fato de que os níveis de confiança observados em qualquer das regiões gaúchas, embora superiores aos encontrados por Inglehart para o Brasil em 1991, eram menores que o encontrado por uma pesquisa realizada em 1996 no Distrito Federal, onde o percentual de respostas "pode-se confiar" foi de 23%.<sup>24</sup>

**Tabela 19 - Indicador de Confiança Interpessoal, por Regiões.**

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Total	Sig.
percentual de entrevistados que acreditam que se pode confiar na maior parte das pessoas	11,8	19,8	14,5	15,4	14,6	0,037

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Outro tipo de confiança freqüentemente analisado na literatura sobre capital social é a "cívica" ou "institucional", em geral analisada por meio de questões que indagam o quanto os entrevistados confiam em diferentes tipos de organizações e instituições, como o governo, a igreja, as forças armadas, o parlamento, a polícia, os sindicatos, etc. Embora a pesquisa realizada no Rio Grande do Sul não tenha incluído uma pergunta similar, outras questões nela contidas permitiram avaliar as diferenças regionais quanto a este tipo de confiança. A primeira indagou se o entrevistado concordava com a afirmativa de que "a maior parte das pessoas que ocupam cargos de autoridade tentam explorar os outros". Outra perguntava se ele concordava que "as pessoas que dirigem o País não estão realmente preocupadas com o cidadão comum". Uma terceira indagava se concordava que "o que melhor caracteriza a política na região é a corrupção". As respostas, por regiões, são apresentadas na Tabela 20.

**Tabela 20 - Indicadores de Confiança Institucional, por Regiões**

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Total	Sig.
percentual de entrevistados que discordam total ou parcialmente da afirmativa de que "a maior parte das pessoas que ocupam cargos de autoridade tentam explorar os outros".	32,8	34,9	43,7	41,7	37,9	0,012
percentual de entrevistados que discordam total ou parcialmente da afirmativa de que "as pessoas que dirigem o País não estão realmente preocupadas com o cidadão comum".	15,5	20,8	19,5	18,6	18,0	0,127
percentual de entrevistados que discordam total ou parcialmente da afirmativa de que "o que melhor caracteriza a política na região é a corrupção".	35,2	51,9	45,5	48,6	43,7	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

Apenas no caso de um desses indicadores deixou de ser rejeitada a hipótese nula de que não existiam diferenças entre os padrões de respostas por regiões, considerando-se um nível de significância de 5%. A região que apresentou menor

grau de confiança institucional, em todos os indicadores, foi o Nordeste 1 (Região Metropolitana). As diferenças entre as regiões do interior variaram conforme a questão considerada.

**Tabela 21 - Ranking das Regiões nos Indicadores de Confiança Institucional.**

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul
diferença entre os percentuais de entrevistados que discordam e que concordam com a afirmativa de que "a maior parte das pessoas que ocupam cargos de autoridade tentam explorar os outros".	4	3	1	2
diferença entre os percentuais de entrevistados que concordam e que discordam da afirmativa de que "as pessoas que dirigem o País não estão realmente preocupadas com o cidadão comum".	4	1	2	3
diferença entre os percentuais de entrevistados que concordam e que discordam da afirmativa de que "o que melhor caracteriza a política na região é a corrupção".	4	1	3	2

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR et al. (Coords.) (2001-A)

#### **4 CONCLUSÕES: CAPITAL SOCIAL E CRESCIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Todos esses resultados sugerem que existem diferenças bastante substanciais entre as regiões gaúchas, no que se refere aos indicadores de capital social. Além disso, indicam que essas diferenças apresentam padrões bastante consistentes, que se repetem na maior parte das variáveis estudadas. A subdivisão do Nordeste em duas sub-regiões permitiu também constatar que o Nordeste 1 (Região Metropolitana) e o Nordeste 2 (Serra e Litoral) apresentam características intensamente contrastantes.

O Nordeste 2, área da qual a Serra é a parcela com maior expressão em número de habitantes, apresentou indicadores muito mais próximos aos da macrorregião Norte do que aos da Região Metropolitana (Nordeste 1). No Nordeste 2 e no Norte ocorreram percentuais elevados de participação em associações voluntárias, associados a altos níveis de participação em atividades políticas e de sociabilidade informal, envolvendo tanto pessoas próximas – familiares e amigos – quanto outras mais distantes, tais como "conhecidos" e colegas.

A semelhança de padrões entre o Norte e o Nordeste 2 provavelmente está associada ao fato de que, juntas, essas duas áreas compõem uma grande região cujo perfil é fortemente marcado por raízes culturais que remontam à imigração e à

colonização européia, bem como pela presença expressiva – e mesmo pelo predomínio, em algumas zonas – da pequena propriedade e da agropecuária familiar.

Os resultados apresentados pela outra porção da região Nordeste – a Região Metropolitana, ou Nordeste 1 – assemelharam-se muito mais, em vários dos indicadores, aos apresentados pela Região Sul, como a menor participação em associações voluntárias ou os percentuais mais reduzidos de pessoas com índices elevados de envolvimento em atividades políticas. Da mesma forma, nas duas regiões os níveis de sociabilidade informal em atividades que envolviam pessoas menos próximas foram bem mais baixos que no Norte ou no Nordeste 2.<sup>25</sup>

Outra constatação derivada da análise do padrão apresentado pelos indicadores é que não parece existir, no Rio Grande do Sul, uma relação linear e direta entre a dotação de capital social das regiões e seu dinamismo econômico no passado recente. A Região Metropolitana (Nordeste 1), que tem sido uma das áreas do Estado de maior crescimento econômico nas últimas décadas, foi também uma das que apresentou os piores indicadores de capital social.

Na verdade, é preciso considerar que o capital social e o crescimento econômico interagem de forma dinâmica. O capital social influencia o crescimento, mas também é afetado por ele. A industrialização, a urbanização e as migrações, fenômenos associados ao dinamismo econômico, modificam padrões culturais e atuam sobre a composição e a densidade das redes sociais. Dessa forma, o crescimento econômico acelerado pode gerar mudanças que afetem negativamente a dotação de capital social de uma área.

No caso do Rio Grande do Sul, embora não se disponha de dados que possibilitem uma análise mais precisa, é possível afirmar que a transformação de Porto Alegre e seu entorno em uma metrópole, ao longo das últimas décadas, com elevadas taxas de imigração e alta densidade de ocupação, alterou substancialmente as formas de sociabilidade vigentes na região, alterando padrões de convivência e debilitando alguns tipos de redes sociais que ainda conseguem se manter vigorosas em centros menores, as quais constituem elementos importantes do capital social.<sup>26</sup>

É preciso também ter em conta que, dependendo da escala geográfica que se esteja tomando em consideração, em alguns casos uma área pode tornar-se dinâmica, em termos econômicos, sem ser necessariamente rica em capital social. Da mesma forma, embora a abundância de capital social seguramente favoreça o crescimento, não é condição suficiente para que ele ocorra, nem garante que uma região esteja imune a problemas econômicos. Outros fatores também precisam ser levados em consideração, como as características da base econômica da região, o dinamismo de áreas próximas, as economias de aglomeração, a disponibilidade de recursos naturais, a infra-estrutura, a posição na malha de transportes (logística) ou a localização em relação a mercados. Uma região relativamente rica em capital social

pode apresentar reduzido dinamismo em um período determinado, ou sua economia pode entrar em declínio, como consequência de problemas relacionados com algum ou alguns desses fatores. É o que parece estar ocorrendo em áreas da macrorregião Norte do Estado, onde a crise da agricultura familiar – base da economia de algumas sub-regiões – tem causado dificuldades para outros segmentos da economia e levado a altas taxas de emigração.

Por outro lado, o crescimento econômico pode ocorrer mesmo em áreas com baixa dotação de capital social, como resultado da intervenção de atores econômicos oriundos de outras regiões. Um exemplo seria o caso das zonas próximas a pólos em expansão acelerada, que tendem a ser dinamizadas devido a essa proximidade, sejam quais forem suas características sociais e culturais. No caso, o que ocorre é o aproveitamento de economias de aglomeração – que têm escopo regional e não apenas local – por atores oriundos do pólo dinâmico adjacente ou de outras áreas.

Empresas cujas unidades estavam antes localizadas em uma zona central, ao necessitarem ampliar suas escalas de operação, tendem a migrar para áreas no entorno do pólo, onde os terrenos têm custo menor. Outras se mudam para evitar os custos gerados pelo crescente congestionamento das vias de transporte dentro de uma grande cidade. Em alguns casos, aproveitam para dar novas utilizações aos terrenos muito valorizados em que antes estavam localizadas. Além disso, as empresas de fora que implantam novas unidades na região tendem a adquirir terrenos mais baratos em localidades no entorno do pólo, evitando os custos mais elevados e o congestionamento das áreas centrais.

Assim, o pólo dinâmico vai se "alargando" e algumas áreas adjacentes podem ser praticamente "engolidas" por ele, tendo suas características totalmente transformadas em um prazo relativamente reduzido. Nesse tipo de processo, é totalmente irrelevante o volume de capital social preexistente em tais áreas. Isso é o que costuma ocorrer quando o crescimento industrial está associado ao fenômeno denominado de "reversão de polarização", como foi estudado nos casos de São Paulo<sup>27</sup> ou de Porto Alegre<sup>28</sup>, onde a expansão industrial derramou-se para além dos limites do pólo original, atingindo áreas situadas no seu entorno.

O papel do capital social tende a ser bem diferente no caso de zonas que não são afetadas por esses "efeitos de proximidade". Em tais áreas, o capital social e a cooperação entre os atores locais parecem ser essenciais para que ocorra a endogeneização de processos de crescimento desencadeados por atores externos<sup>29</sup>, ou para que sejam buscadas soluções que permitam reverter tendências negativas que afetem a economia da região.

## Notas

\* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - BRASIL

<sup>1</sup> PUTNAM (1996)

<sup>2</sup> BANDEIRA (2003)

<sup>3</sup> SPELLEMBERG (2001)

<sup>4</sup> SPELLEMBERG (2001), p. 17-20.

<sup>5</sup> GROOTAERT (1998)

<sup>6</sup> GROOTAERT (1996), p. 10

<sup>7</sup> NARAYAN et al. (2001)

<sup>8</sup> OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (2001).

<sup>9</sup> STONE (2001).

<sup>10</sup> OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (2001), P. 15.

<sup>11</sup> GREEN et al. (2000) **Social Capital, Health and Economy in South Yorkshire Coalfield Communities**, Sheffield, Haliarn University.

<sup>12</sup> OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (2001-B), p. 15.

<sup>13</sup> OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (2001), p. 17, Tabela 1.

<sup>14</sup> STONE (2001), p. viii.

<sup>15</sup> STONE (2001), p. 6.

<sup>16</sup> STONE (2001), p. 24.

<sup>17</sup> "Quando as normas de confiança e reciprocidade foram investigadas nas pesquisas sobre capital social, isso foi com frequência feito através da medida dos resultados comportamentais dessas normas, ao invés das próprias normas (da percepção dos indivíduos sobre essas normas)." – STONE (2001), p. 25.

<sup>18</sup> STONE (2001), p. 34-35.

<sup>19</sup> Em 27/08/2006 seu endereço era [www.worldbank.org/poverty/](http://www.worldbank.org/poverty/).

<sup>20</sup> Cujo endereço era, em 26/08/2006, <http://povlibrary.worldbank.org/library/subtopic/5020/>.

<sup>21</sup> O título da pesquisa era **Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social: Pesquisa Empírica Como Subsídio à Atividade Parlamentar no Rio Grande do Sul**.

<sup>22</sup> Esse instrumento podia ser encontrado na Internet, em 27 de agosto de 2006, no endereço [http://www.cfsv.org/communitysurvey/docs/survey\\_instrument.pdf](http://www.cfsv.org/communitysurvey/docs/survey_instrument.pdf).

<sup>23</sup> Em 27/08/2006, o site do Saguaro Seminar na Internet era <http://www.ksg.harvard.edu/saguaro/>.

<sup>24</sup> Ver PUTNAM (2000), cap. 12.

<sup>25</sup> WOOLCOCK (2000), p. 9.

<sup>26</sup> STONE (2001), p. 3.

<sup>27</sup> O teste de qui-quadrado para tabelas de contingência é descrito em BLALOCK (1972), pp. 275-287.

<sup>28</sup> COULTHARD et al. (2002), p. 11.

<sup>29</sup> COULTHARD et al. (2002), pp. 23-24.

<sup>30</sup> Embora seja sugestiva e ajude a transmitir a idéia de uma relação entre essas "raízes" e a dotação de capital social, a designação não é totalmente precisa, na medida em que algumas áreas da Região Metropolitana (Nordeste 1), como o Vale dos Sinos, também têm "raízes coloniais", embora tenham Estado expostas a um processo de metropolização nas últimas décadas, servindo como ponto de destino de intensos fluxos migratórios.

<sup>31</sup> Esse coeficiente é descrito em SIEGEL (1975), p. 258-269.

<sup>32</sup> A coluna relativa ao nível de significância refere-se à comparação entre os padrões das respostas dadas à questão que serviu de base ao cálculo do indicador utilizado.

<sup>33</sup> Ver INGLEHART (1997), p. 359.

<sup>34</sup> Talvez esse índice extraordinariamente baixo de confiança interpessoal encontrado para o Brasil possa ser explicado, ao menos em parte, por fatores de natureza conjuntural. Cabe lembrar que no ano de 1991, quando foi realizado o levantamento, o País já havia completado uma década de acentuada instabilidade macroeconômica, na qual foram frustradas várias tentativas de estabilização. No ano anterior, a administração Collor, logo após assumir o governo, havia bloqueado os depósitos bancários, em mais um plano mal-sucedido para enfrentar o processo inflacionário.

<sup>35</sup> RENNÓ Júnior (2000), p. 233.

<sup>36</sup> Algumas hipóteses sobre as causas dessas diferenças foram expostas em BANDEIRA (2003).

<sup>37</sup> Essa alteração de padrões é apontada por Putnam no caso das grandes cidades norte-americanas. Ver PUTNAM (2000).

<sup>38</sup> AZZONI (1986).

<sup>39</sup> ALONSO et al. (1988).

<sup>40</sup> Como a implantação de uma nova empresa ou de um conjunto de empresas de um novo tipo de atividade, por iniciativa de empreendedores externos à região.

## BIBLIOGRAFIA

ALONSO, José Antônio F.; BANDEIRA, Pedro S. (1988) A Desindustrialização de Porto Alegre: Causas e Perspectivas, *Ensaíos FEE*, V. 9, N. 1;

RENNÓ Júnior, Lúcio R. (2000) Indivíduo, Comunidade e Cultura: Fronteiras do Debate entre Liberalismo e Comunitarismo no Brasil, in ARAÚJO, C. E. P. de, et alii (2000) *Política e Valores*, Brasília, Editora UnB;

AZZONI, Carlos Roberto (1986) *Indústria e Reversão da Polarização no Brasil*, São Paulo, IPE/USP, (Série Ensaíos Econômicos nº 58);

BANDEIRA, Pedro Silveira (2003) Algumas Hipóteses Sobre as Causas das Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social no Rio Grande do Sul, in CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.) (2003) *Capital Social e Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC;

BLALOCK, Hubert M. (1972) *Social Statistics*, Tokyo, McGraw-Hill Kogakusha, Ltd., International Student Edition;

CÉSAR, Benedito Tadeu; BANDEIRA, Pedro S. (Coordenadores) (2001) *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social: Pesquisa Empírica Como Subsídio à Atividade Parlamentar no Rio Grande do Sul*, Relatório de Análise dos Resultados, Porto Alegre, LABORS/IFCH/UFRGS, disponível por meio da Internet, em 26 de Agosto de 2006, através do endereço [www.al.rs.gov.br/download/desenv\\_regional/pesquisa.pdf](http://www.al.rs.gov.br/download/desenv_regional/pesquisa.pdf);

COULTHARD, Melissa, HARTLEY, Alison, e MORGAN, Antony (2002) *People's Perceptions of Their Neighbourhood and Community Involvement: Results From the Social Capital Module of the General Household Survey 2000*, Londres, Office for

---

National Statistics, disponível em 26/08/2006, no endereço [www.statistics.gov.uk/downloads/theme\\_social/Peoples\\_perceptions\\_social\\_capital.pdf](http://www.statistics.gov.uk/downloads/theme_social/Peoples_perceptions_social_capital.pdf);

GROOTAERT, Christiaan (1998) Social Capital: The Missing Link?, Social Capital Initiative Working Paper N. 3, Washington, DC, The World Bank, disponível na Internet, em 26 de Agosto de 2006, no endereço <http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/Social-Capital-Initiative-Working-Paper-Series/SCI-WPS-03.pdf>;

INGLEHART, Ronald (1997) Modernization and Post-Modernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies, Princeton, New Jersey, Princeton University Press;

NARAYAN, Deepa; CASSIDY, Michael (2001) A Dimensional Approach to Measuring Social Capital: Development and Validation of a Social Capital Inventory, Current Sociology, V. 49, N. 2, p. 59-102, March 2001, SAGE Publications, Londres, Thousand Oaks, CA e New Delhi, disponível através da Internet, em 26/08/2006, no endereço <http://povlibrary.worldbank.org/library/view/11986/>;

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (2001) Social Capital: A Review of the Literature, disponível na Internet em 26 de agosto de 2006, no endereço [www.statistics.gov.uk/socialcapital/downloads/soccaplitreview.pdf](http://www.statistics.gov.uk/socialcapital/downloads/soccaplitreview.pdf);

PUTNAM, Robert D. (1996) Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas;

PUTNAM, Robert D. (2000) Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community, New York, Simon & Schuster;

SIEGEL, Sidney (1975) Estatística Não-Paramétrica Para as Ciências do Comportamento, São Paulo, Editora McGraw-Hill do Brasil, Ltda;

SPELLENBERG, Anne (2001) Framework for the Measurement of Social Capital in New Zealand, Research and Analytical Report 2001#14, Statistics New Zealand, Wellington, Nova Zelândia, disponível em 26/08/2006 através do endereço [http://www2.stats.govt.nz/domino/external/web/prod\\_serv.nsf/874ea91c142289384c2567a80081308e/0de858ad74601d18cc256b3b00751314/\\$FILE/R14.pdf](http://www2.stats.govt.nz/domino/external/web/prod_serv.nsf/874ea91c142289384c2567a80081308e/0de858ad74601d18cc256b3b00751314/$FILE/R14.pdf);

STONE, Wendy (2001) Measuring Social Capital: Towards a Theoretically Informed Measurement Framework for Researching Social Capital in Family and Community Life, Australian Institute of Family Studies, Research Paper No. 24, disponível na Internet, em 26/08/2005, através do endereço <http://www.aifs.gov.au/institute/pubs/RP24.pdf>;

WOOLCOCK, Michael (2000) The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes, texto apresentado no simpósio internacional sobre *The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being*, promovido pela Human Resources Development Canada e pela OECD, em Quebec, entre 19 e 21 de março de 2000, disponível na Internet em 26/08/2006, no endereço [www.oecd.org/dataoecd/5/13/1824913.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/5/13/1824913.pdf).